

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Perantim

CLASS. : _____

DATA : 12 87

PG. : 5



Paulo Sress

Crianças Kaingang da reserva de Guarita (RS), onde os arrendamentos já causaram muitos conflitos e mortes

Mirad testemunha os desmandos em Guarita

A antropóloga Lígia Simonian, da Coordenadoria das Terras Indígenas do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), prestou depoimento, dia 28 de outubro último, na 1ª Vara da Justiça do Distrito Federal, onde testemunhou a existência de arrendamento das terras dos Kaingang e Mbyá-Guarani da reserva de Guarita (RS) e culpou a Funai por omissão com relação ao problema. Esses arrendamentos, que já causaram numerosos conflitos com mortes, fizeram com que uma medida cautelar (preparatória de ação popular) fosse impetrada contra a Funai, em junho do ano passado, pelo assessor jurídico do Cimi, Júlio Gaiger. A Procuradoria Geral da República já aderiu aos argumentos dessa medida.

Para Júlio Gaiger, esses arrendamentos, além de ilegais, são imorais, porque, além de afrontarem a Constituição e a legislação ordinária, os recursos deles oriundos favorecem uma minoria de caciques cooptados pelos arrendatários, enquanto muitas famílias ficam sem ter onde plantar. Ele acrescenta que a responsabilidade da Funai é dupla, pois não provê a comunidade indígena com recursos suficientes que financiem, na medida do necessário, as lavouras, a assistência aos doentes e outras

necessidades, ensejando o pretexto com que os caciques defendem a continuidade dos arrendamentos. "E, na seqüência, a Funai fecha os olhos, omite-se e co-protagoniza a ilegalidade consubstanciada nos arrendamentos", argumenta ainda ele.

CONIVÊNCIA

Os arrendamentos das terras dos Kaingang e Mbyá-Guarani tiveram início em 1941, pelo então Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que utilizou como justificativa a necessidade de suprimento da verba do Governo Central. Em 1960, a situação piorou, com a invasão mais acelerada de arrendatários, cuja grande maioria retirou-se em 1971, permanecendo, contudo, os grupos poderosos que aliciaram as lideranças indígenas, corrompendo-as mediante vantagens econômicas imediatas e, assim, garantindo junto à Funai o uso e exploração da terra.

A Funai sempre esteve conivente com a situação, e um dos exemplos mais drásticos do problema foi o conflito do dia 2 de junho de 1983, que deixou um saldo de cinco Kaingang mortos e 13 feridos. Em seu depoimento, a antropóloga Lígia Simonian culpou a Funai de irresponsabilidade diante da situação, inclusive por esse massacre.